



Luís Branco é o coordenador da equipa de bancário e financeiro da Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva, a sociedade de advogados que organizou na passada sexta-feira uma conferência sobre banca islâmica.

Bancos islâmicos de olhos postos no mercado europeu

Instituições financeiras têm liquidez e vontade de investir em novos mercados. Portugal poderá estar na mira.

Margarida Vaqueiro Lopes
margarida.lopes@economico.pt

Se há algo em que Portugal sempre foi imbatível foi no acolhimento de qualquer povo e na capacidade de adaptação a novas culturas. E, em alturas de crise, esta característica portuguesa pode ser uma mais-valia para captar novos investidores. Os bancos islâmicos já iniciaram o caminho para o 'Velho Continente', estando a estudar a presença em países como o Luxemburgo e a Irlanda.

"Portugal tem boas características", realça Luís Branco, coordenador da equipa de bancário e financeiro da sociedade de advogados Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, em declarações ao Diário Económico à margem da "1 conferência & workshop luso-islâmica sobre finanças", organizada pela Câmara do Comércio Luso-Britânica e pela Asian Cooperation Enterprise. A conferência contou com a presença de Daud Vicary Abdullah, presidente e CEO da INCEIF Malaysia e de Abdulazeem Abozaid, um académico especialista em 'sharia' (o conjunto de

princípios fundamentais inerentes à lei islâmica).

Recorde-se que as finanças islâmicas têm que obedecer à 'sharia islâmica', algo que Portugal pode facilmente adoptar. "Ao contrário do que muita gente pensa, a nossa lei é muito flexível e permite acomodar as exigências islâmicas", explicou ainda Luís Branco, que acredita que a longo prazo a cooperação luso-islâmica "é uma porta que existe" e que foi já "sinalizada pela compra de uma participação relevante na REN por parte de um fundo árabe", recorda o especialista. Para além disso, "Portugal é um mundo grande", que poderá funcionar "como porta de entrada" para outros mercados, como o africano ou o brasileiro, nota ainda. "Pode haver uma

As finanças islâmicas têm que obedecer à 'sharia islâmica', algo que Portugal pode facilmente adoptar.

tendência para apontar o foco para países que precisam de liquidez" e possam ser "focos de investimento", como é o caso de Portugal.

A complexidade da 'sharia' financeira

Uma das regras da 'sharia' financeira diz que 'dinheiro não pode gerar dinheiro', o que significa que não autoriza a recepção ou cobrança de juros, nem o pedido de empréstimos. Também proíbe o investimento em produtos relacionados com armas, álcool ou entretenimento. Para além disto, todos os produtos têm que passar pelo crivo de uma espécie de 'sharia board', que dá um parecer vinculativo que permitirá ou não que esse mesmo produto seja comercializado. Um organismo que existe em todas as instituições financeiras islâmicas. Mas não é tudo. "Para a 'sharia', a incerteza é inaceitável. Por exemplo, não é possível fazer seguros, porque isso é jogar com a incerteza. Para uma pessoa fazer um seguro, contribui para um fundo, que é gerido por um terceiro, e no caso de acontecer alguma coisa, recebe a contribuição que fez", explica Luís Branco. ■